

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.463 - PA (2018/0224781-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : IWENS JESUS MADURO DE LIMA (PRESO)
ADVOGADOS : LYGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO - PA010318
PRISCILA HERONDINA REIS DE SOUZA - PA023608
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. **OPERAÇÃO MUNDUCURUS**. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois lastreada nos elementos colhidos da investigação da "Operação Munducurus", que delineou a atividade de organização criminosa especializada no tráfico transnacional de drogas, tendo sido apreendidos, em um dos seus desdobramentos, 19,950kg (dezenove quilogramas e novecentos e cinquenta gramas) de cocaína e 4,150kg (quatro quilogramas e cento e cinquenta gramas) de maconha, cabendo ao recorrente o papel de, em conjunto com seu concunhado, sua cunhada, seu cunhado, sua esposa, e outros, adquirir e revender drogas, *"abastecendo, assim, os pontos de venda de drogas da Região Metropolitana de Belém"*. Dessarte, está evidenciada a sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.

3. Conforme magistério jurisprudencial desta Corte, *"a participação de agente em organização criminosa sofisticada – a revelar a habitualidade delitiva – pode justificar idoneamente a prisão preventiva, bem como desautorizar sua substituição pelas medidas cautelar previstas no art. 319 do CPP"* (HC n. 382.398/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 11/9/2017).

4. Ademais, pesa contra o recorrente uma condenação pelo crime de roubo. *"A jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a*

justificar a segregação cautelar" (RHC n. 76.929/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016).

5. Os fundamentos adotados para a decretação da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Nefi Cordeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente a Adv^a LYGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO, pela parte RECORRENTE: IWENS JESUS MADURO DE LIMA

Brasília, 05 de fevereiro de 2019 (data do julgamento).

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator